

Senado aprova racismo e chacina em votação relâmpago da PEC das Drogas

Leonardo Sakamoto, 17/04/2024

Link: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2024/04/17/senado-aprova-racismo-e-chacina-em-votacao-relampago-da-pec-das-drogas.htm>



Imagem: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O Senado aprovou, nesta terça (16), em duas votações na mesma noite, a proposta de emenda constitucional que criminaliza a posse de qualquer quantidade de droga e mantém na cabeça do policial e do juiz, e não na lei, o critério para separar consumidor de vendedor — decisão que, não raro, é guiada pelo racismo. Afinal, no pantone social brasileiro, branco rico é usuário, preto pobre, traficante.

Certamente houve entre os 53 senadores que votaram a favor da matéria em primeiro turno e os 52, no segundo, quem celebrasse o feito com um bom copo de álcool ou fumando seu tabaco — drogas legalizadas que causam mais mal à sociedade do que a maconha. Mas coerência não é matéria-prima para a fabricação de leis.

O avanço da PEC das Drogas ocorre no momento em que o Supremo Tribunal Federal analisa uma ação que traz critérios para separar o usuário do traficante. O próprio presidente da corte, ministro Luís Roberto Barroso conversou com o Senado para apontar a importância dessa separação. Em meio às rugas entre STF e Congresso, o diálogo virou fumaça.

Como já disse aqui um rosário de vocês, esse tipo de proposta vai na contramão do que é feito em países "atrasados", como Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Portugal. Se a Câmara dos Deputados aprovar esse retrocesso, e deve aprovar, teremos dificuldade de reduzir o morticínio em comunidades pobres dominadas pelos tráfico e o racismo que trata um jovem negro como um beque como alguém a ser punido, um jovem branco com uma trouxa de droga como alguém a ser ajudado e um influenciador fitness pego na produção de toneladas de drogas como um grande injustiçado.

Hoje a lei não define uma quantidade de droga que separa o traficante do usuário. Com isso, a polícia e a Justiça passaram a enquadrar semoventes com pequena quantidade de maconha como bandidos, mandando muitos para a cadeia - quer dizer, para a escola do crime dirigida pelas narcomilícias. Com isso, o STF foi acionado. Foi o bastante para a grita daqueles que acham que a corte só pode julgar a constitucionalidade daquilo que lhes convém.

A PEC até prevê a separação no tratamento de traficantes e usuários (mas como vai fazer isso, ignorando o debate em curso no STF, não sei) e prevê penas alternativas, além de mandar usuários para tratamento. Dá arrepios imaginar a interpretação criativa de alguns juízes a partir disso.

No intuito de combater o crime, estamos matando milhares de pessoas todos os anos - muitas delas, moradoras de áreas pobres. Ou seja, gente considerada dispensável. E, ao mesmo tempo, vamos mantendo a indústria do medo em curso e promovendo o controle de determinadas classes sociais através da justificativa de conter a violência que grassa em seu território. As mutações teratogênicas de policiais, as milícias, aprenderam com o tráfico que o controle desses locais dá muito dinheiro. Tudo isso é muito mais danoso à sociedade do que a liberação controlada e regulamentada de drogas.

Se o poder público brasileiro quisesse resolver a bomba-relógio da força das organizações criminosas e do sistema carcerário falido, descriminalizaria e legalizaria paulatinamente uma série de drogas, começando pela maconha. Isso quebraria as pernas do tráfico, reduzindo o número de jovens que hoje são enviados aos presídios para aprender a roubar e matar e desidrataria o poder econômico das facções criminosas.

No final das contas, uma parte do Senado quis emparedar o STF, sob a justificativa de usurpação de função legislativa. Outra quis jogar ração ao seu rebanho. Há ainda o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre, que estava de olho nos votos da direita em sua campanha para voltar ao comando da casa. E o presidente, Rodrigo Pacheco, que busca agradar o eleitorado conservador visando à disputa ao governo de Minas Gerais em 2026. Uma parcela de senadores do centrão querem os mesmos mimos concedidos pelo governo Lula aos deputados federais. E há, claro, os que de boa vontade acreditaram que a política vai proteger vidas. Mas esses deviam ter alargado o debate em muitas audiências públicas para ouvir como os mais pobres se estrepam com isso. O trâmite, contudo, durou menos de um mês.